

SAUDAÇÃO

Pela apresentação do Governo às instâncias europeias do processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUT II no acesso a fundos comunitários

O Governo já formalizou pedido da NUTS II para Setúbal.

É uma grande notícia para a Península de Setúbal que pode voltar a ter acesso a fundos comunitários com maior participação financeira, a partir do próximo quadro comunitário de apoio.

A carta formal com o pedido da criação da NUTS II para a Península de Setúbal, uma grande reivindicação da região, seguiu, na segunda-feira, 31 de janeiro, para o Eurostat – Gabinete de Estatísticas da Comissão Europeia, entidade que vai agora avaliar a proposta do governo português e dar seguimento ao processo junto das instâncias europeias competentes.

O documento que propõe a nova NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - foi enviado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a pedido do governo, ao congénere de Bruxelas, como determina a orgânica europeia no quadro da gestão estatística das unidades territoriais.

É uma excelente notícia que reafirma a preocupação do Partido Socialista com o distrito de Setúbal. Palavra dada é, assim, uma vez mais palavra honrada. O Governo cumpriu o seu compromisso com Setúbal, desfazendo mais um erro cometido pelo Governo de direita. Esta vai ser, sem dúvida, uma grande alavanca para o desenvolvimento da região.

Como é do conhecimento público, o acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento é apurado predominantemente a partir do indicador “PIB per capita”, corrigido pela paridade do poder de compra, e distribuído por cada país com base nas regiões de nível NUTS II.

Atualmente, Portugal Continental encontra-se organizado em cinco NUTS II. O Norte, o Centro e o Alentejo são considerados regiões menos desenvolvidas, o Algarve é considerado região de transição e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a região mais desenvolvida do conjunto, com um PIB per capita superior a 100% da média UE27. Contudo, há muito que se sabe que este valor é fortemente inflacionado pelo PIB dos concelhos mais ricos da Margem Norte da AML. De facto, com números de 2016, Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal registaram, em conjunto, um PIB per capita equivalente a apenas 58% da média UE. O PIB per capita da AML omite, portanto, importantes desequilíbrios económicos e sociais nesta região. A consequência deste desequilíbrio traduz-se no acesso aos fundos comunitários.

O Portugal 2030 dispõe de 25 mil milhões de euros para o país, que somado ao Quadro Financeiro plurianual atinge um montante de cerca de 30 mil milhões de euros. A AML terá acesso a apoios de apenas 380 milhões de euros e com taxas de cofinanciamento de 40%, quando em regiões semelhantes à Península de Setúbal se continuarão a fixar até 85%. Tudo isto em contraciclo com as necessidades de convergência e de desenvolvimento desta Península. Mesmo mediante a abertura de avisos com majoração de taxas de participação dirigidos aos concelhos da Península de Setúbal, esse valor será sempre demasiado exíguo para as necessidades regionais.

É de lembrar, ainda, que esta injustiça no acesso a fundos comunitários para a península de Setúbal foi criada em 2014, por decisão do então governo PSD/CDS, que deliberou que a AML passaria a ser simultaneamente NUTS III e NUTS II, com todos os efeitos resultantes desta equiparação que vieram prejudicar fortemente a economia e o desenvolvimento da região.

Exatamente por isso, na Península de Setúbal os deputados, os autarcas e o setor empresarial do distrito têm lutado por esta realidade junto do Governo, para que seja reposta a *Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários*, manifestando a sua unanimidade em torno da necessidade da criação de uma NUTS III e de uma NUTS II para a Península de Setúbal, mas sem que isso colocasse em causa a composição atual da AML. Foi igualmente referida a necessidade dessas alterações

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Reunião ordinária realizada em
02/02/2022

serem concluídas a tempo de entrarem em vigor no quadro comunitário de apoio imediatamente seguinte ao Portugal 2030.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal, reunida no dia 2 de fevereiro de 2022, saúda a concretização da apresentação às instâncias europeias do processo para que a Península de Setúbal passe a ter a classificação de NUTS II, condição fundamental de correção da iniquidade no acesso a fundos comunitários.

Setúbal, 2 de fevereiro de 2022

APRESENTADA por: Vereadores do Partido Socialista

Fernando José

Vítor Ferreira

Patrícia Paz

Joel Marques